

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL: 2021
TURNO: MANHÃ

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de prova (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de prova reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de prova mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização da prova, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de prova.
- 3** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar a prova, chame o(a) aplicador(a) de prova mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de prova.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final da prova, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

A Constituição deve ser interpretada em sua globalidade, não devendo os seus dispositivos ser analisados de forma isolada, devendo a interpretação considerar todo diploma de forma harmônica e buscando-se evitar contradições entre suas normas.

No campo da interpretação da Constituição, o parâmetro hermenêutico disposto acima caracteriza a aplicação do princípio hermenêutico

- A da unidade.
- B do efeito integrador.
- C da força normativa.
- D da máxima efetividade.
- E da razoabilidade.

Questão 2

No Brasil, quando um estado-membro modifica o texto de sua Constituição estadual, implementando as reformas realizadas nos limites impostos na própria constituição estadual e na Constituição Federal, está-se diante do poder constituinte

- A originário.
- B derivado difuso.
- C derivado reformador.
- D derivado decorrente instituidor.
- E derivado decorrente de revisão estadual.

Questão 3

Determinada Secretaria Municipal de Educação negou a Maria, João e Messias acesso a informação sobre gasto realizado em determinada escola pública municipal. Os três haviam pedido acesso à informação para fins de controle social do gasto público em geral. Inconformados com a negativa, já que não havia sigilo na informação, procuraram advogado para ajuizar ação constitucional contra o ato ilegal do respectivo secretário de Educação.

Diante dessa situação, a ação cabível é o

- A mandado de segurança individual.
- B mandado de segurança coletivo.
- C *habeas data* individual.
- D *habeas data* coletivo.
- E mandado de injunção.

Questão 4

A Constituição Federal garante expressamente aos servidores públicos ocupantes de cargo público o direito social a(o)

- A reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- B salário mínimo, permitida sua vinculação para qualquer finalidade.
- C licença gestante com duração de noventa dias.
- D aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- E redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Questão 5

Com base no disposto na Constituição Federal, julgue os seguintes itens, relativos a direitos políticos e partidos políticos.

- I Direito político passivo corresponde ao direito do eleitor de votar.
- II O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado implica perda dos direitos políticos.
- III Em se tratando de eleições proporcionais, o mandato pertence ao candidato eleito, e não ao partido político sob cuja legenda o candidato disputou o processo eleitoral.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 6

Em relação ao direito fundamental de reunião, julgue os próximos itens.

- I A Constituição Federal prevê o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que haja autorização prévia às autoridades competentes.
- II Ao tratar do direito fundamental de reunião, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a ausência de comunicação oficial prévia às autoridades competentes não torna a reunião ilegal.
- III Ao poder público cabe zelar para que o exercício do direito de reunião se dê de forma pacífica e não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 7

O estado poderá intervir em seus municípios quando

- A deixar de ser paga a dívida fundada ou flutuante, sem motivo de força maior, por três anos consecutivos.
- B não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- C não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nos serviços públicos e privados de saúde.
- D o Superior Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Federal ou estadual.
- E o tribunal de justiça der provimento a representação para assegurar a observância de decisão judicial ou administrativa.

Questão 8

A competência prevista na Constituição Federal para legislar sobre propaganda comercial é

- A** privativa da União.
- B** exclusiva da União.
- C** concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- D** comum da União, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.
- E** concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal e dos municípios.

Questão 9

João, servidor público em exercício de cargo efetivo da administração direta estadual e segurado de regime próprio de previdência social do respectivo estado, foi eleito para o cargo de vereador.

Nessa situação hipotética, ao assumir o mandato eletivo, João

- A** será afastado de seu cargo, receberá necessariamente a remuneração do respectivo cargo eletivo e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.
- B** perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e permanecerá filiado ao regime de previdência do ente federativo de origem se houver compatibilidade de horários.
- C** será afastado de seu cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, ainda que haja compatibilidade de horários.
- D** será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e deverá se desfiliar do regime de previdência estadual enquanto estiver no cargo eletivo.
- E** será afastado de seu cargo efetivo, embora permaneça percebendo as vantagens do cargo, e deverá se desfiliar do regime de previdência estadual enquanto estiver no cargo eletivo, independentemente de compatibilidade de horários.

Questão 10

Josué impetrou mandado de segurança perante determinado tribunal de justiça estadual em face de ato de autoridade coatora que atrai competência originária do respectivo tribunal, que proferiu acórdão denegando a segurança.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto na Constituição Federal, cabe

- A** recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça.
- B** recurso ordinário perante o Superior Tribunal de Justiça.
- C** recurso especial perante o Supremo Tribunal Federal.
- D** mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal.
- E** mandado de segurança perante o Superior Tribunal de Justiça.

Questão 11

Com base na Constituição Federal (CF) e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que se refere às funções essenciais à justiça.

- A** A Advocacia-Geral da União é instituição que representa judicial e extrajudicialmente a União e as empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
- B** É inconstitucional emenda à Constituição estadual que trate de normas gerais para a organização do Ministério Público, bem como de atribuições de seus órgãos e membros.
- C** É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos procuradores dos estados, sendo o entendimento do STF pacífico no sentido de que esses não se sujeitam ao limite remuneratório previsto na CF, por se tratar de verba indenizatória.
- D** A jurisprudência pacífica do STJ entende que os defensores públicos necessitam de inscrição na OAB para exercerem suas atribuições, salvo aqueles que ingressaram antes da Constituição Federal de 1988.
- E** As procuradorias de estado têm autonomia administrativa e financeira.

Questão 12

A assembleia legislativa de determinado estado da Federação, após pedido de partido político, editou o Decreto Legislativo n.º 1/2020, sustando o andamento de processo criminal contra determinado deputado estadual no qual se apura a prática de crime de peculato, ocorrido antes da diplomação. O tribunal de justiça do referido estado, em processo envolvendo o parlamentar, afastou a aplicação do Decreto Legislativo n.º 1/2020, sob o fundamento de violação à CF. A decisão foi tomada pela 1.ª Câmara Criminal, órgão fracionário do tribunal. Em vista dessa decisão, a defesa do deputado suscitou violação ao art. 97 da CF e à Súmula Vinculante n.º 10 do STF.

Considerando a situação hipotética precedente, com base na CF e na jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** Não houve ofensa à cláusula de reserva de plenário, uma vez que o referido tribunal de justiça não declarou expressamente a inconstitucionalidade do Decreto Legislativo n.º 1/2020.
- B** A decisão proferida pelo referido tribunal de justiça não violou a CF, pois a exigência da cláusula de reserva de plenário aplica-se apenas ao controle concentrado de constitucionalidade.
- C** A cláusula de reserva de plenário é exigível também para atos normativos de efeitos concretos, como é o caso do Decreto Legislativo n.º 1/2020.
- D** Ainda que a decisão do tribunal de justiça tivesse fundamento em jurisprudência de seu plenário ou em súmula do STF, não seria dispensável a submissão da demanda judicial à regra da reserva de plenário.
- E** A cláusula de reserva de plenário somente se aplica aos tribunais superiores.

Questão 13

A respeito da ação direta de inconstitucionalidade, assinale a opção correta, com base na CF e na jurisprudência do STF.

- Ⓐ Com o recebimento das informações dos requeridos e das manifestações do advogado-geral da União e do procurador-geral da República, é admitido o aditamento à inicial da ação direta de inconstitucionalidade até o julgamento.
- Ⓑ O STF não pode decidir ação direta de inconstitucionalidade por outros fundamentos não alegados na petição inicial, em virtude do princípio da congruência ou da adstrição ao pedido.
- Ⓒ Caso a lei impugnada por meio de ação direta de inconstitucionalidade seja alterada antes do julgamento da ação, em qualquer situação, o STF não irá conhecê-la, em razão da perda superveniente do objeto.
- Ⓓ O procurador-geral da República deverá ser previamente citado na ação direta de inconstitucionalidade.
- Ⓔ Lei que tenha destinatários determináveis não perde seu caráter abstrato e geral, podendo, portanto, ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 14

O prefeito de determinado município encaminhou ao Poder Legislativo municipal projeto de lei que reduzia o salário dos servidores públicos em cinquenta por cento até 31/12/2021, devido à calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19. O projeto foi aprovado pela câmara de vereadores e sancionado pelo chefe do Poder Executivo. Com a publicação da aludida norma municipal em 20/07/2020, entidade de classe de âmbito nacional, constatada a pertinência temática, propôs arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) no STF por violação ao art. 37 da CF, que prevê a irredutibilidade dos rendimentos dos servidores públicos.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da CF e da jurisprudência do STF.

- Ⓐ Possuem legitimidade para ajuizamento de ação de controle abstrato de constitucionalidade apenas entidades de classes que declarem no seu estatuto ou ato constitutivo que têm caráter nacional com associados ou membros em pelo menos seis estados da Federação.
- Ⓑ Por se tratar de lei municipal, é inadequada a utilização da via do controle abstrato de constitucionalidade na situação relatada.
- Ⓒ Entidades de classe de âmbito nacional possuem capacidade postulatória especial para a propositura de ADPF.
- Ⓓ As decisões de mérito em ADPF não vinculam o Poder Legislativo em sua função típica de legislar.
- Ⓔ Em tese, é cabível reclamação constitucional contra a referida lei municipal por violação direta à CF.

Questão 15

No que se refere à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Durante o estado de sítio, poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas, entre outras: busca e apreensão em domicílio, intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.
- Ⓑ Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso.
- Ⓒ Decretado o estado de sítio, o presidente da República submeterá o ato, no prazo de vinte e quatro horas, com a respectiva justificação, ao Congresso Nacional, que o apreciará imediatamente, salvo se estiver em recesso, caso em que a apreciação do ato ocorrerá assim que se retomarem os trabalhos.
- Ⓓ Embora a requisição de bens estaduais só seja possível, em regra, em caso de estado de defesa ou estado de sítio, o STF entendeu que essa regra pode ser flexibilizada em caso de requisição de respiradores para leitos de UTI para utilização em ações de enfrentamento da pandemia da covid-19.
- Ⓔ Em hipótese alguma, o tempo de duração do estado de defesa e do estado de sítio poderá ser superior a trinta dias.

Questão 16

No que se refere às normas constitucionais sobre política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária, assinale a opção correta.

- Ⓐ A localização de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo ensejam a desapropriação das terras onde tais atividades ocorram, por interesse social mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
- Ⓑ A competência para desapropriar imóvel rural para fins de reforma agrária pertence exclusivamente à União e aos municípios.
- Ⓒ São imunes a impostos federais, estaduais, municipais e distritais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- Ⓓ É facultado ao poder público municipal, por meio de lei, exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imediata desapropriação com pagamento mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- Ⓔ A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, fica condicionada a ato normativo do presidente da República.

Questão 17

Considerando o entendimento sumulado do STF sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante contribuição.
- Ⓑ Imóvel pertencente a instituição de assistência social sem fins lucrativos, mesmo que alugado a terceiros, são imunes ao IPTU, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais para as quais a entidade foi constituída.
- Ⓒ Na entrada de mercadoria importada do exterior, é inconstitucional a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- Ⓓ A norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária se sujeita ao princípio da anterioridade.
- Ⓔ É constitucional a incidência do ISSQN sobre operações de locação de bens móveis.

Questão 18

Em relação aos princípios gerais do sistema tributário, às limitações do poder de tributar e à repartição das receitas tributárias, assinale a opção correta, de acordo com a CF e a jurisprudência do STF.

- A** A denominada imunidade tributária cultural constante da CF não se estende ao livro eletrônico (*e-book*) nem aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.
- B** O princípio da anterioridade anual tributária não se aplica ao empréstimo compulsório para investimento público de caráter urgente.
- C** Sociedade de economia mista cujas ações sejam negociadas na Bolsa de Valores e que esteja voltada à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas não tem direito à imunidade tributária recíproca.
- D** Os estados têm competência tributária residual para a criação de impostos não previstos no texto constitucional, mediante lei complementar.
- E** Pertencem aos municípios trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

Questão 19

À luz das normas constitucionais a respeito do orçamento público, da ordem econômica e financeira e dos princípios gerais da atividade econômica, assinale a opção correta.

- A** A competência da União para emitir moeda é exercida exclusivamente pela Caixa Econômica Federal.
- B** É permitido ao Banco Central do Brasil conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- C** A produção, comercialização e utilização de radioisótopos constituem monopólio da União.
- D** A CF proíbe expressamente a vinculação da receita de impostos a órgão ou despesa relacionada à realização de atividades da administração tributária.
- E** Como agente normativo e regulador da atividade econômica, compete ao Estado exercer as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo esse último feito de forma indicativa para o setor privado.

Questão 20

A respeito da ordem social, assinale a opção correta.

- A** O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- B** O ensino religioso é de matrícula obrigatória e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- C** É assegurado o atendimento educacional às pessoas com deficiência, preferencialmente em instituições especializadas.
- D** Constituem o patrimônio cultural brasileiro as criações científicas, artísticas, mas não as tecnológicas.
- E** As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas destinam-se a sua propriedade definitiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 21**

Acerca da teoria geral de direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- I** O direito brasileiro tem forte influência do direito francês, havendo adotado o sistema de contencioso administrativo francês.
- II** A administração pública em sentido subjetivo consiste no conjunto de atividades administrativas exercidas pelo Estado.
- III** Atos administrativos normativos constituem fonte do direito administrativo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 22

Conforme Carvalho Filho, pode-se conceituar o órgão público como o compartimento, na estrutura estatal, a que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado.

O conceito moderno de órgão público é dado pela

- A** teoria do mandato.
- B** teoria da representação.
- C** teoria do consentimento.
- D** teoria do órgão.
- E** teoria do agente público.

Questão 23

À luz do disposto na Constituição Federal a respeito de administração pública e direito administrativo, assinale a opção correta.

- A** O direito constitucional de greve dos servidores públicos é norma de eficácia imediata.
- B** Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- C** A proibição de cumulação de cargos não se aplica à administração indireta regida pelo direito privado.
- D** Embora se exija lei específica para autorizar a instituição de empresa pública, não é necessária tal autorização legal para criação de empresas subsidiárias.
- E** Considera-se como limite máximo de remuneração e subsídios para servidores estaduais o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Questão 24

No âmbito de determinada Secretaria de Estado de Urbanismo, o secretário deseja delegar ao secretário de estado de Infraestrutura a competência para a edição de ato normativo sobre matéria comum a ambas as secretarias. O secretário, então, realizou consulta ao órgão de assessoramento jurídico, a fim de verificar a juridicidade de sua pretensão. Lei estadual determina que se aplique a Lei n.º 9.784/1999 no âmbito de tal estado. Não há outras normas, no âmbito estadual, dispondo sobre delegação de competência.

Nessa situação hipotética, o advogado público designado para responder à consulta deve orientar pela

- A** inviabilidade da pretensão, pois não é possível delegar competência para outro órgão que não seja subordinado à autoridade delegante.
- B** viabilidade da pretensão, pois se trata de órgãos do mesmo Poder Executivo estadual.
- C** inviabilidade da pretensão, pois a delegação de competência depende da existência de norma expressa nesse sentido.
- D** viabilidade da pretensão, tendo em vista que se trata de matéria comum.
- E** inviabilidade da pretensão, pois não é viável a delegação para a edição de atos de caráter normativo.

Questão 25

Acerca das agências executivas, assinale a opção correta.

- A** Lei específica deve autorizar a criação de agências executivas.
- B** Preenchidos os requisitos legais, órgão da administração direta pode ser transformado em agência executiva.
- C** Um dos requisitos para que uma autarquia se qualifique como agência executiva é a celebração de contrato de gestão com o ministério supervisor.
- D** Em razão do dinamismo inerente às agências executivas, elas estão dispensadas de realizar licitação para suas atividades finalísticas.
- E** Agências executivas que não recebem dinheiro público para pagamento de despesas de pessoal não se limitam ao teto constitucional de remuneração de seus agentes.

Questão 26

Considerando os entendimentos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal de Justiça sobre matérias de direito administrativo, assinale a opção correta.

- A** Atos flagrantemente inconstitucionais devem ser revistos pela administração pública, mas desde que não tenha decorrido o prazo decadencial.
- B** Constitui abuso a retirada compulsória de *trailers* e quiosques instalados em calçadas se a única pendência é a ausência de autorização prévia estatal.
- C** O prazo prescricional para a propositura de ação judicial pelo candidato preterido em concurso público inicia-se com a homologação final do concurso.
- D** As fundações públicas, ainda que de direito privado, fazem jus à isenção das custas processuais.
- E** As fundações públicas, regidas pelo direito privado, podem adotar regime celetista de trabalho para seus funcionários.

Questão 27

A delegação de poder de polícia em favor de sociedade de economia mista

- A** prestadora de serviço público ou explorada da atividade econômica é viável desde que autorizada por lei.
- B** atuante na iniciativa privada, em concorrência com outras empresas, é viável desde que em igualdade de condições.
- C** é viável mesmo se adotado o regime celetista para as relações de trabalho no âmbito da empresa.
- D** é viável desde que para atos desprovidos de coercibilidade.
- E** é viável desde que para atos meramente preparatórios e instrutórios.

Questão 28

Acerca do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, julgue os itens seguintes.

- I** O termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias para a concretização de interesse público e recíproco propostas pela administração pública e que não envolvam a transferência de recursos financeiros.
- II** Não se aplica a Lei n.º 8.666/1993 às relações estabelecidas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.
- III** É viável celebrar acordo de cooperação para que a organização da sociedade civil exerça fiscalização de polícia, desde que não cobre tarifas para tanto.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 29

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- A** A servidão administrativa pode ser formalmente estabelecida por edição de decreto do chefe do Poder Executivo.
- B** A requisição de bens imóveis de particulares depende de autorização do Poder Judiciário.
- C** Instituição de limitação administrativa, ainda que frustrate pretensão de particular, não enseja o pagamento de indenização.
- D** Por serem bens públicos inalienáveis, imóveis de patrimônio de município não pode ser desapropriado pela União.
- E** Retrocessão consiste na utilização do bem desapropriado em finalidade pública diversa daquela que justificou o ato desapropriatório.

Questão 30

Acerca do regime de concessão e permissão de serviços públicos previsto na Lei n.º 8.987/1995, julgue os próximos itens.

- I Concessionários de serviço público não detêm a liberdade própria da iniciativa privada para alterar o valor da tarifa cobrada dos usuários, já que tal tarifa se submete aos termos da lei, do edital e do contrato.
- II Concessionárias de serviços públicos podem terceirizar suas atividades-meio, mas não suas atividades-fim.
- III Pode haver a subconcessão do serviço público, desde que haja previsão no contrato, haja autorização do poder concedente e seja precedida de licitação na modalidade concorrência.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item III está certo.
- B** Apenas os itens I e III estão certos.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 31

A vigência da Lei n.º 14.133/2021 (denominada Nova Lei de Licitações e Contratos)

- A** ocorreu com a sua publicação.
- B** se dará dois anos após a sua publicação.
- C** ocorrerá com a revogação da Lei n.º 8.666/1993.
- D** depende da regulamentação dos modos de disputa do pregão.
- E** depende da regulamentação da atuação da comissão de contratação.

Questão 32

A licitação consiste em procedimento complexo que, além de outros requisitos, deve ser composta por diversos agentes com competências diferentes. Essa definição traduz o princípio da

- A** transparência.
- B** eficácia.
- C** eficiência.
- D** segregação de funções.
- E** segurança jurídica.

Questão 33

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021, o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços, objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução denomina-se

- A** projeto executivo.
- B** projeto básico.
- C** modelo de execução do objeto.
- D** modelo de gestão do objeto.
- E** matriz de riscos.

Questão 34

Com base na Lei n.º 8.429/1992, bem como na doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores acerca de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A** A representação para que seja investigado ato de improbidade somente poderá ser realizada por alguma das autoridades expressamente legitimadas.
- B** Os procuradores do estado da Paraíba, por exercerem função essencial à justiça, são excluídos, como sujeitos ativos, do âmbito de aplicação da Lei n.º 8.429/1992.
- C** Sanção penal aplicada por ato de improbidade exclui eventuais sanções administrativas relativas ao mesmo ato.
- D** O STF pacificou a tese de que o processo e julgamento por crime de responsabilidade praticado por prefeito municipal impede a responsabilização do agente por ato de improbidade administrativa, haja vista a dependência das instâncias.
- E** Segundo tese firmada pelo STF, são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei n.º 8.429/1992.

Questão 35

A determinado servidor público do estado da Paraíba foi imputada a prática de infração funcional, por carta anônima. A partir disso, foi realizada investigação preliminar, que culminou na instauração de processo administrativo disciplinar, posteriormente enviado à PGE/PB, para análise e elaboração de parecer.

Acerca do processo administrativo disciplinar, bem como dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com as normas aplicáveis e com o entendimento do STF sobre o tema.

- A** O processo é nulo, pois a denúncia não poderia ter sido anônima, uma vez que a Constituição Federal de 1988 veda o anonimato.
- B** Ao final do procedimento, poderá ser aplicada sanção de prestação de serviços à comunidade.
- C** A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar é inconstitucional, segundo entendimento sumulado do STF.
- D** É possível a negativa de acesso do acusado aos autos, pois o processo administrativo disciplinar tem natureza inquisitorial, não se aplicando, portanto, o contraditório e a ampla defesa no curso do procedimento.
- E** É imprescritível a possibilidade de revisão administrativa após a aplicação da penalidade, e da revisão não poderá resultar agravamento da sanção.

Questão 36

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

- A** A CF dedica um capítulo específico ao tratamento dos bens públicos.
- B** O imóvel de uma fundação estadual de direito público é bem privado, uma vez que a fundação é ente de administração descentralizada.
- C** A alienação de bens de uma sociedade de economia mista depende de autorização legislativa.
- D** Um prédio da PGE/PB pode ser classificado como bem público de uso especial.
- E** Um bem do estado da Paraíba que não esteja em uso pode ser adquirido por usucapião.

Questão 37

A respeito da responsabilidade civil do estado, julgue os seguintes itens.

- I O estado da Paraíba não pode responder por danos causados por uma concessionária de serviço público, sequer subsidiariamente, uma vez que a concessão de um serviço implica a transferência total do risco ao concessionário.
- II Caso, durante a realização de uma obra pública, uma máquina da prefeitura tenha destruído, por acidente, parte do muro de um imóvel lindeiro, o proprietário do imóvel deverá comprovar a culpa da prefeitura para que obtenha uma indenização.
- III Se o ente público for condenado por um dano causado por seu agente, caberá ação de regresso contra esse agente, dispensada a comprovação de culpa.
- IV Segundo entendimento mais recentemente pacificado pelo STF, a responsabilidade civil do Estado é objetiva até mesmo em conduta omissiva, quando violado um dever de agir esperado.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item IV está certo.
- C Apenas os itens I, II e III estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 38

De acordo com a Lei Complementar estadual n.º 58/2003 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Paraíba), assinale a opção correta.

- A O Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Paraíba é omissivo quanto ao percentual de vagas reservadas a pessoas com deficiência.
- B É de trinta dias o prazo tanto para a posse quanto para a entrada em exercício em cargo público no estado da Paraíba.
- C Servidor em estágio probatório poderá solicitar afastamento para exercício de mandato eletivo.
- D A exoneração de cargo em comissão ou função de confiança deverá ser fundamentada em insuficiência de desempenho, obedecidos o contraditório e a ampla defesa.
- E A penalidade aplicável a servidor que agredir um colega de trabalho na repartição restringe-se a suspensão por até 120 dias.

Questão 39

Com base na Lei Orgânica da PGE/PB (Lei Complementar estadual n.º 86/2008), assinale a opção correta.

- A É prevista a representação judicial, pela PGE/PB, dos Poderes Judiciário e Legislativo estaduais, bem como do Ministério Público e do Tribunal de Contas estaduais.
- B O procurador que emitir parecer poderá ser responsabilizado pelo conteúdo da sua manifestação em caso de dolo, erro grosseiro, comprovada má-fé, culpa leve ou fundamentada dissidência de opinião.
- C Inexiste previsão de corregedoria da PGE/PB, sendo a atividade de correição realizada pela Corregedoria-Geral do Estado da Paraíba.
- D É expressamente vedado ao procurador do estado da Paraíba o exercício de advocacia privada.
- E É previsto prazo especial, de cinco anos, para o estágio probatório de procurador.

Questão 40

Com relação a convênios administrativos e consórcios públicos, assinale a opção correta.

- A O município de João Pessoa não pode realizar consórcio público com o estado da Paraíba, pois tais entes estão em níveis políticos distintos.
- B A União poderá celebrar convênio com um consórcio público que atenda às exigências legais de regularidade, ainda que algum consorciado seja estado ou município com situação de irregularidade fiscal.
- C Os consórcios públicos possuem ampla liberdade de contratações, sendo-lhes dispensada a realização de licitação.
- D Consórcio público deverá ser formalizado por meio de sociedade anônima.
- E Os convênios administrativos objetivam precipuamente ao lucro, por isso se diferenciam dos consórcios públicos.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 41**

Um dos sustentáculos da Federação brasileira consiste na distribuição das receitas tributárias entre os entes federados. Acerca dessa matéria, assinale a opção correta.

- A Pertence aos municípios o produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos próprios municípios, por suas autarquias, pelas fundações que instituírem e mantiverem e pelas empresas públicas municipais.
- B Pertence aos municípios uma parcela ou a totalidade do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis neles situados, dependendo de opção da União o direito à totalidade.
- C Pertence aos municípios uma parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- D Pertence aos municípios uma parcela do produto da arrecadação do ICMS, sendo essa parcela definida em conformidade com a sede das empresas contribuintes.
- E Pertence aos estados uma parcela produto da arrecadação dos impostos e contribuições que a União instituir no exercício da competência residual.

Questão 42

Consoante as regras do Código Tributário Nacional (CTN), a natureza jurídica específica dos tributos leva em consideração o fato gerador da obrigação tributária. Esse dispositivo do Código distingue

- A os impostos das taxas e das contribuições de melhoria.
- B as taxas das contribuições de melhoria e das contribuições sociais.
- C as contribuições de melhoria das contribuições sociais e dos empréstimos compulsórios.
- D as contribuições sociais dos empréstimos compulsórios e dos impostos.
- E os empréstimos compulsórios dos impostos e das taxas.

Questão 43

É conferida imunidade tributária a

- A livros e revistas de qualquer natureza.
- B veículos destinados às pessoas com deficiência.
- C universidades privadas consideradas de interesse social.
- D hospitais filantrópicos.
- E remédios destinados ao tratamento de doenças de alta complexidade.

Questão 44

Embora a Constituição Federal confira imunidade tributária aos partidos políticos, admitem-se a instituição e a cobrança

- A** do IOF sobre aplicações financeiras dos partidos.
- B** do imposto sobre a renda dos partidos.
- C** do IPVA incidente sobre os veículos dos partidos.
- D** do ICMS sobre eventuais vendas de mercadorias pelos partidos.
- E** do IPTU sobre a propriedade dos imóveis dos partidos.

Questão 45

Considerando que o Congresso Nacional tenha aprovado, em 31/8/2021, uma lei estabelecendo redução de determinada isenção, de modo a elevar a carga tributária para os contribuintes, e que essa lei tenha sido publicada em 10/9/2021, assinale a opção que apresenta a data de entrada em vigor da referida lei.

- A** 31/08/2021, data de sua aprovação
- B** 10/09/2021, data de sua publicação
- C** 15/10/2021, ou seja, 45 dias após sua publicação
- D** 29/11/2021, ou seja, 90 dias após sua publicação
- E** 1.º/1/2022, ou seja, no primeiro dia do exercício seguinte

Questão 46

Determinada pessoa jurídica deixou de praticar totalmente suas atividades econômicas em janeiro de 1970, mês em que liquidou todos os seus débitos com os terceiros, pagou todas as suas dívidas tributárias e transferiu o saldo restante para os sócios. Todavia, tal pessoa jurídica não deu baixa em sua inscrição na Junta Comercial nem no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (à época chamado Cadastro Geral de Contribuintes – CGC). Em 2021, ela foi contemplada com o trânsito em julgado de uma decisão judicial favorável, em um processo de cobrança de natureza não indenizatória contra um terceiro privado, iniciado ainda em 1969.

Considerando essas informações, é correto afirmar que

- A** a pessoa jurídica não tem mais capacidade processual nem tributária.
- B** a capacidade tributária da pessoa jurídica foi transferida para a pessoa de seus sócios.
- C** a empresa não terá de pagar imposto de renda, porque houve prescrição, dada a data de ocorrência do fato gerador.
- D** a capacidade tributária da empresa mantém-se inalterada, mas ela não terá que pagar imposto de renda, já que o processo tem mais de cinco anos.
- E** a capacidade tributária da empresa mantém-se inalterada e ela terá que pagar imposto de renda advinda da decisão judicial.

Questão 47

À luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do disposto no CTN, assinale a opção correta, relativo à ordem preferência entre os entes públicos relativamente aos créditos concursais em caso de falência.

- A** Não existe ordem de preferência entre entes públicos.
- B** A ordem de preferência entre entes públicos disposta no CTN não é aceita pela jurisprudência do STF.
- C** Embora o CTN não disponha sobre ordem de preferência entre entes públicos, a jurisprudência do STF entende que ela existe.
- D** Tanto o CTN quanto a jurisprudência do STF admitem a existência de ordem de preferência entre entes públicos.
- E** A jurisprudência do STF reconhece apenas a prioridade da União quanto ao direito de receber seus créditos, diversamente do disposto no CTN.

Questão 48

Determinada pessoa física nascida no estado de Pernambuco residiu por 10 anos na Paraíba, antes de passar a residir na Europa. Quando essa pessoa faleceu, possuía bens imóveis em Pernambuco, na Paraíba, no Ceará e na França. Seu único herdeiro é domiciliado em Alagoas.

Nesse caso específico, o imposto sobre herança (ITCMD)

- A** incidente sobre o imóvel localizado no Ceará somente poderá ser cobrado pelo estado da Paraíba.
- B** incidente sobre o imóvel localizado na França não poderá ser cobrado.
- C** incidente sobre o imóvel localizado na Paraíba somente poderá ser cobrado pelo estado de Pernambuco.
- D** incidente sobre todos os imóveis somente poderá ser cobrado pelo estado de Alagoas.
- E** incidente sobre todos os imóveis somente poderá ser cobrado pelo estado da Paraíba.

Questão 49

A respeito dos convênios celebrados no âmbito do CONFAZ para a concessão de benefícios fiscais relativos ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), assinale a opção correta, com base na legislação aplicável.

- A** A consulta ao CONFAZ é uma mera faculdade do ente federativo competente para a instituição do tributo.
- B** O procedimento de celebração de convênio no âmbito do CONFAZ é aplicável à concessão de créditos presumidos.
- C** A concessão de benefícios fiscais no âmbito do CONFAZ deve ser aprovada, em regra, por maioria absoluta.
- D** Os benefícios fiscais aprovados pelo CONFAZ devem ser uniformes em todas as unidades da Federação.
- E** O governo federal não tem assento nas reuniões do CONFAZ destinadas à celebração de convênios.

Questão 50

De acordo com a CF, o imposto sobre produtos industrializados (IPI) deve ser

- A** seletivo; não cumulativo; e não deve incidir sobre produtos destinados ao exterior.
- B** não seletivo; cumulativo; e não deve incidir sobre produtos destinados ao exterior.
- C** progressivo; cumulativo; e não deve incidir sobre a aquisição de bens de capitais.
- D** não seletivo; não progressivo; e não deve incidir sobre a aquisição de bens de capitais.
- E** seletivo; não cumulativo; e não deve incidir sobre a aquisição de bens de capitais.

Questão 51

De acordo com a CF, as alíquotas máximas do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD) são fixadas

- A** por lei complementar.
- B** por lei estadual.
- C** pelo Senado Federal.
- D** pelo Congresso Nacional.
- E** pela assembleia legislativa de cada estado.

Questão 52

No âmbito de uma execução fiscal por dívida tributária, restando constatada a existência de erro material e não havendo modificação do sujeito passivo, entende o STJ que a certidão de dívida ativa pode ser substituída até

- Ⓐ o prazo para a apresentação dos embargos, facultado ao executado emendar a sua defesa no prazo da contestação.
- Ⓑ o prazo para a apresentação dos embargos, assegurada ao executado a devolução do prazo para contestar a ação.
- Ⓒ a data da citação, não sendo alterado o prazo para a apresentação dos embargos.
- Ⓓ a prolação da sentença de embargos, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.
- Ⓔ a prolação da sentença de embargos, assegurada ao exequente a devolução do prazo para contestar.

Questão 53

De acordo com Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estão incluídos no regime especial unificado de arrecadação do Simples Nacional os seguintes tributos

- Ⓐ IPI, IRPJ e IOF.
- Ⓑ CSLL, IRPJ e ICMS.
- Ⓒ CSLL, IOF e ITR.
- Ⓓ FGTS, ICMS e CSLL.
- Ⓔ FGTS, IOF e IPI.

Questão 54

Considerando-se a legislação estadual da Paraíba a respeito do ICMS, é correto afirmar que, como regra, para fins de substituição tributária, a base de cálculo em relação às operações antecedentes será o valor

- Ⓐ do preço corrente da mercadoria, ou de seu similar, no mercado atacadista do local da operação.
- Ⓑ do preço corrente da mercadoria, ou de seu similar, no mercado atacadista regional.
- Ⓒ da operação realizada pelo contribuinte substituído, acrescida da margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subsequentes.
- Ⓓ da operação ou prestação realizada pelo contribuinte substituído, acrescida do montante dos valores de seguro e de frete das operações subsequentes.
- Ⓔ da operação ou prestação praticada pelo contribuinte substituído.

Questão 55

De acordo com a legislação estadual da Paraíba a respeito do IPVA, é correto afirmar que, no caso de aquisição de veículo novo pelo consumidor final, tendo o veículo sido objeto de contrato de financiamento concedido por instituição financeira, considera-se ocorrido o fato gerador na data

- Ⓐ da assinatura do contrato de compra e venda.
- Ⓑ do pagamento da primeira parcela do financiamento.
- Ⓒ do emplacamento do veículo.
- Ⓓ da emissão da nota fiscal eletrônica pelo vendedor.
- Ⓔ da retirada do automóvel do estabelecimento do vendedor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 56**

De acordo com as regras previstas no direito processual civil para a fazenda pública, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Poder Judiciário, julgue os próximos itens.

- I A fazenda pública está dispensada, em qualquer hipótese, de adiantar valor referente a despesa com prova pericial que tenha requerido.
- II Ao atuar como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público pode, entre outras medidas processuais, produzir provas, alegar incompetência relativa e interpor recurso.
- III De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, é legítima a intervenção da Defensoria Pública para atuar em nome próprio como *custus vulnerabilis*, quando no julgamento de causa repetitiva existir a possibilidade de formação de precedente favorável a grupo de vulneráveis e a direitos humanos.
- IV O Poder Judiciário deve manter equipamentos à disposição dos interessados para a prática de ato processual eletrônico; caso tais equipamentos não sejam disponibilizados, será admitida a prática de ato processual por meio não eletrônico.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 57

Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a justiça comum dos estados possui competência jurisdicional para julgar

- Ⓐ ação executória ajuizada por seccional da Ordem dos Advogados do Brasil para cobrar anuidade de inscrito que esteja inadimplente.
- Ⓑ medida judicial em que se discuta penalidade disciplinar aplicada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em face de membro do Ministério Público estadual.
- Ⓒ ação judicial proposta por servidor estadual temporário para discutir a validade e a eficácia de sua contratação por regime administrativo.
- Ⓓ ação entre particulares quando o ente federativo da União atuar como assistente simples de uma das partes.
- Ⓔ execução das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante de sentença proferida pela justiça do trabalho.

Questão 58

No que concerne aos prazos estabelecidos no direito processual civil, assinale a opção correta.

- A** Haverá suspensão de prazo processual quando, no momento de sua resposta, o réu apresentar requerimento para a limitação de litisconsórcio multitudinário no polo ativo da ação.
- B** O denominado calendário processual vincula os sujeitos da relação processual, de modo que, uma vez estabelecido de forma legítima, haverá dispensa de intimação das partes para a observância de prazo indicado no calendário.
- C** O ato processual praticado antes do início de termo inicial indicado em lei ou decisão judicial será considerado juridicamente inexistente.
- D** A prerrogativa do prazo em dobro, de acordo com a jurisprudência do STF, se aplica à participação da fazenda pública em processo de controle concentrado de constitucionalidade.
- E** Se o horário forense começar depois do normal, mas se encerrar no horário regular, não haverá motivo para a prorrogação do vencimento de prazo judicial.

Questão 59

Determinado indivíduo ajuizou ação de responsabilidade civil do Estado e, em sua petição inicial, narrou situação de erro médico ocorrido em determinado hospital público do estado da Paraíba. Em sua defesa, o referido ente federativo argumentou que a cirurgia ocorrera em outro estado da Federação, motivo pelo qual requereu que fosse reconhecida sua ilegitimidade passiva. Ao apreciar a preliminar suscitada, o magistrado considerou que a legitimidade das partes deve ser aferida de acordo com as alegações deduzidas, em tese, na petição inicial, motivo pelo qual rejeitou o argumento de carência da ação.

Nessa situação hipotética, ao proceder dessa forma no exame da legitimidade das partes, o magistrado adotou a denominada teoria

- A** da exposição.
- B** da verossimilhança preponderante.
- C** imanentista.
- D** da asserção.
- E** do isolamento dos atos processuais.

Questão 60

De acordo com o Código de Processo Civil, concessão de tutela da evidência por decisão liminar

- A** é inadmissível, sob pena de violação ao contraditório prévio.
- B** é juridicamente impossível, pois depende sempre da demonstração de abuso no direito de defesa.
- C** somente será possível quando houver demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- D** depende impreterivelmente do oferecimento de caução idônea pela parte autora.
- E** pode ser realizada se a demanda tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito.

Questão 61

Ao tratar das atribuições da advocacia pública como instituição que possui a finalidade de defender o interesse público, o Código de Processo Civil expressamente se refere à representação

- A** da administração direta da União, dos estados e do Distrito Federal, somente.
- B** da administração direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, somente.
- C** das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, somente.
- D** das pessoas jurídicas de direito público e das empresas públicas que integram a administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- E** das pessoas jurídicas de direito público ou privado que integram a administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios.

Questão 62

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, diante da possibilidade de surgimento de nova lei que modifique o regime de honorários advocatícios durante o trâmite de processo judicial, a regra de regência aplicável ao arbitramento da verba honorária sucumbencial deve ser a norma vigente no momento

- A** do ajuizamento da ação.
- B** da citação do réu.
- C** da apresentação da defesa.
- D** do saneamento do processo.
- E** da sentença.

Questão 63

Determinado estado da Federação requereu seu ingresso na fase de conhecimento de processo judicial ajuizado por particular em face de empresa estatal considerada dependente. Na petição apresentada, o ente público interveniente demonstrou que decisão do processo pode lhe causar relevante prejuízo econômico, ainda que de forma indireta.

Nessa situação hipotética, o pedido de intervenção anômala

- A** deve ser indeferido, porque o ingresso do ente federativo no processo depende da demonstração de interesse jurídico.
- B** deve ser indeferido, porque essa modalidade interventiva somente é cabível em sede de processo ou fase de execução.
- C** encontra fundamento no ordenamento jurídico e, ao ingressar no feito, o ente público poderá apresentar esclarecimentos e interpor recurso.
- D** encontra fundamento no ordenamento jurídico e, ao ingressar no feito, o ente público poderá apresentar esclarecimentos, mas não poderá interpor recurso.
- E** deve ser convertido em pedido de participação como *amicus curiae*, única modalidade de intervenção de terceiros compatível com a situação.

Questão 64

Ao examinar conflito de competência entre juízes de diferentes tribunais, o Superior Tribunal de Justiça aplicou o princípio da *translatio iudicii* e encaminhou os autos para novo juízo, sem se manifestar especificamente sobre a validade de ato decisório já praticado nos autos pelo juízo declarado incompetente.

Com base nas informações apresentadas, em razão da utilização do referido princípio, é possível concluir que

- A** ocorreu a reassunção do processo, tendo os efeitos do ato decisório sido preservados, ao menos até que outra decisão tenha sido prolatada pelo juízo competente.
- B** houve aplicação de norma costumeira, sem fundamento em regra jurídica positivada, no pronunciamento do STJ.
- C** o juízo reconhecido como competente, ao receber o processo, deve devolver os autos ao STJ, para que essa corte enfrente a omissão sobre a validade do ato decisório.
- D** a decisão do STJ é ilícita, por violar a regra da perpetuação da jurisdição.
- E** o processo deve ser considerado nulo em sua integralidade, e apenas os documentos juntados pelas partes podem ser reaproveitados pelo juiz natural.

Questão 65

De acordo com o Código de Processo Civil, haverá litisconsórcio passivo necessário entre os cônjuges em ação que verse sobre direito real de bem

- A** móvel ou imóvel, qualquer que seja o regime de bens do casal.
- B** móvel ou imóvel, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- C** imóvel, qualquer que seja o regime de bens do casal.
- D** imóvel, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- E** móvel, imóvel ou direito pessoal, quando casados pelo regime da comunhão universal de bens.

Questão 66

Quando se diz que as partes deverão submeter-se ao decidido pelo órgão jurisdicional faz referência ao princípio da

- A** inevitabilidade.
- B** indelegabilidade.
- C** inafastabilidade da jurisdição.
- D** instrumentalidade.
- E** boa-fé processual.

Questão 67

O Código de Processo Civil considera litigante de má-fé aquele que

- A** opõe qualquer resistência ao andamento do processo.
- B** deduz pretensão contra fato incontroverso.
- C** interpõe recurso incabível.
- D** provoca muitos incidentes processuais.
- E** altera a interpretação dos fatos objeto da demanda.

Questão 68

De acordo com o Código de Processo Civil, o assistente simples

- A** poderá impedir o réu de reconhecer o pedido caso tenha ingressado antes da instrução.
- B** será considerado substituto processual caso o assistido seja revel.
- C** somente será admitido se demonstrar que o processo pode acarretar-lhe prejuízo.
- D** poderá ingressar no processo antes de se configurar a preclusão temporal.
- E** suportará as preclusões já operadas, salvo se, pelo estado em que recebera o processo, tiver sido impedido de produzir provas.

Questão 69

De acordo com o Código de Processo Civil, considera-se dia do começo do prazo

- A** o dia do fim da dilação assinada pelo juiz quando a intimação for por edital.
- B** a data do término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica.
- C** a data de ocorrência da intimação, quando se der por ato do escrivão.
- D** o dia útil seguinte ao da carga, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos em carga.
- E** o dia útil seguinte ao da intimação, quando feita por oficial de justiça.

Questão 70

De acordo com o Código de Processo Civil, a produção antecipada da prova

- A** tem cabimento quando há alguma dificuldade na verificação de determinados fatos na pendência da ação.
- B** previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- C** pode ser concedida se o juiz se pronunciar sobre as consequências jurídicas do fato.
- D** dispensa, pela natureza, a precisão dos fatos sobre os quais a prova recairá.
- E** tem cabimento se a prova a ser produzida for suscetível de viabilizar a autocomposição.

Questão 71

Assinale a opção que apresenta a medida adequada àquele que sofra ameaça de constrição judicial sobre bem de que seja possuidor.

- A** interdito proibitório
- B** manutenção na posse
- C** reintegração na posse
- D** embargos de terceiro
- E** tutela cautelar

Questão 72

De acordo com o Código de Processo Civil, após intimada, na pessoa de seu representante judicial, do cumprimento de sentença que impuser o dever de pagar quantia certa, será lícito à fazenda pública impugnar a execução, sob a alegação de que, durante a fase de conhecimento, ocorreu a

- A** novação.
- B** prescrição.
- C** compensação.
- D** transação.
- E** nulidade da citação.

Questão 73

A União poderá intervir em ação proposta contra autarquia pública federal

- I se a decisão judicial puder lhe acarretar reflexos indiretos de natureza econômica.
- II para pedir suspensão de liminar já concedida que possa lhe acarretar prejuízos, ainda que não demonstre interesse jurídico.
- III para interpor recurso de decisão que lhe seja desfavorável.
- IV para esclarecer questões de fato, mas não de direito.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, III e IV.

Questão 74

De acordo com o Código de Processo Civil, a concessão da tutela de urgência

- A depende de comprovação do abuso do direito de defesa.
- B depende de configuração do propósito protelatório da parte.
- C prescinde da demonstração do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.
- D depende da comprovação documental das alegações de fato.
- E será concedida após justificação prévia quando envolver direitos indisponíveis.

Questão 75

Determinada pessoa foi considerada inapta no teste psicológico para a Polícia Militar do Estado da Paraíba, uma das fases do concurso organizado pela empresa X. Essa pessoa deseja, então, impetrar mandado de segurança visando a anulação do referido ato. Nessa situação hipotética, o mandado de segurança deverá ser impetrado em face do

- A presidente da comissão do concurso público.
- B presidente da organizadora do concurso.
- C secretário de estado de administração.
- D chefe da Polícia Militar.
- E governador.

DIREITO CIVIL**Questão 76**

Condomínio edilício tem natureza jurídica de

- A associação.
- B ente despersonalizado.
- C sociedade de fato.
- D sociedade simples.
- E fundação.

Questão 77

Caso, no momento da conclusão de compromisso de compra e venda de imóvel urbano, o contratante reserve-se a faculdade de indicar terceiro para figurar como adquirente na escritura definitiva, configurar-se-á

- A estipulação em favor de terceiro.
- B contrato com pessoa a declarar.
- C contrato preliminar.
- D promessa de fato de terceiro.
- E contrato aleatório.

Questão 78

Pactuada obrigação cuja exigibilidade esteja subordinada a evento futuro, embora certo, estará caracterizada a obrigação

- A a termo.
- B modal.
- C condicional.
- D ilíquida.
- E de resultado.

Questão 79

Com o objetivo de colaborar na cura de doença autoimune, Pedro decidiu dispor do próprio corpo após sua morte.

Nessa situação hipotética, o ato de disposição é considerado

- A nulo.
- B inexistente.
- C ineficaz.
- D válido.
- E ineficiente.

Questão 80

Ao doar seu único imóvel à sobrinha, Marta foi reduzida à insolvência, embora ignorasse o fato.

Nesse caso, a doação será, em face dos credores quirografários,

- A válida.
- B ineficaz.
- C inexistente.
- D anulável.
- E nula.

Questão 81

A regra de que o registro de imóvel somente será viável se contiver informações perfeitamente coincidentes com aquelas constantes da respectiva matrícula do bem tem aderência com o princípio da

- A especialidade.
- B inscrição.
- C continuidade.
- D prioridade.
- E fé pública.

Questão 82

A respeito de direitos autorais, julgue os itens a seguir.

- I A omissão do nome do autor na divulgação de obra literária presume o anonimato.
- II A cessão parcial dos direitos de autor presume-se onerosa e exige documento escrito.
- III A reprodução parcial de obra literária independe de autorização prévia do autor.
- IV O exercício dos direitos morais sobre obra audiovisual cabe exclusivamente ao diretor.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

Questão 83

Se uma pessoa der imóvel seu em garantia do cumprimento de uma obrigação,

- Ⓐ o bem não será passível de penhora por outras dívidas contraídas perante terceiros.
- Ⓑ ônus reais anteriormente constituídos e registrados serão ineficazes.
- Ⓒ a alienação do imóvel independerá de autorização do credor.
- Ⓓ ficarão fora da garantia benfeitorias úteis realizadas posteriormente no imóvel.
- Ⓔ poderá o credor renunciar à garantia, mas a validade dependerá de instrumento público.

Questão 84

De acordo com a legislação, para que haja loteamento, é necessário que

- Ⓐ o lote integre a unidade imobiliária de condomínio de lotes.
- Ⓑ o lote esteja devidamente registrado.
- Ⓒ inexistam novas vias de circulação.
- Ⓓ haja controle de acesso regulamentado.
- Ⓔ os lotes sejam destinados à edificação.

Questão 85

A confissão realizada em ação civil será

- Ⓐ limitada na eficácia se feita por representante.
- Ⓑ revogável se proveniente de erro de fato.
- Ⓒ revogável se decorrer de coação.
- Ⓓ nula se decorrer de dolo.
- Ⓔ anulável se decorrente de falso entendimento da norma.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 86

A respeito das provas no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para comprovar a hipossuficiência na justiça do trabalho, basta à parte que faz o requerimento, seja pessoa física ou jurídica, apresentar a respectiva declaração para que o pedido seja deferido.
- Ⓑ O reclamante que ingressar com ação judicial alegando irregularidade nos depósitos do FGTS deverá juntar aos autos o extrato analítico da conta para comprovar a irregularidade.
- Ⓒ A constatação da insalubridade por intermédio de laudo pericial é suficiente para que o empregado tenha direito ao recebimento do respectivo adicional.
- Ⓓ A comprovação, pelo empregado, de que ele utiliza em sua residência equipamentos telemáticos ou informatizados fornecidos pela empresa configura o regime de sobreaviso.
- Ⓔ Em um processo trabalhista, mesmo que comprove nos autos o pedido de dispensa do cumprimento do aviso prévio pelo empregado, a empresa deverá pagar o respectivo valor, salvo se provar que o empregado obteve novo emprego.

Questão 87

A respeito do mandado de segurança na justiça do trabalho e das ações rescisórias, assinale a opção correta.

- Ⓐ É cabível mandado de segurança quando as partes formularem pedido de homologação de acordo judicial e o juiz não o homologar.
- Ⓑ Não fere o direito líquido e certo da parte o prosseguimento da execução trabalhista no que diz respeito aos valores e tópicos não impugnados no agravo de petição.
- Ⓒ Não caberá mandado de segurança quando a tutela provisória for indeferida antes da sentença, uma vez que existe recurso próprio para impugnar tal decisão.
- Ⓓ No caso de uma ação rescisória contra decisão proferida em processo do trabalho em que o sindicato tenha atuado como substituto processual, todos os empregados substituídos deverão figurar como o polo passivo da ação rescisória.
- Ⓔ A sentença normativa transitada em julgado em tempo posterior à sentença rescindenda é considerada como prova nova para efeitos de viabilizar a desconstituição do julgado.

Questão 88

A respeito dos recursos no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nos casos de feriado local ou forense, que prorrogue o prazo para a interposição do recurso, caberá à parte fazer a prova do feriado.
- Ⓑ O *jus postulandi* das partes, previsto na CLT, alcança os recursos trabalhistas até a competência do TST, não sendo aplicável aos recursos no STF.
- Ⓒ Em causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo na justiça do trabalho é admitida a interposição de recurso de revista, demonstrada violação à CF, a súmula ou a orientação jurisprudencial do TST.
- Ⓓ Não é exigido o prequestionamento nos casos de recurso de revista em que a matéria discutida for a incompetência absoluta da justiça do trabalho.
- Ⓔ É admissível o recurso de embargos à Seção Especializada em Dissídios Individuais por divergência jurisprudencial quando os acórdãos divergentes forem oriundos da mesma turma.

Questão 89

A respeito do direito material do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ A CLT estabelece o prazo para pagamento das verbas rescisórias, não sendo este dispositivo legal aplicável às pessoas jurídicas de direito público, somente às empresas privadas.
- Ⓑ Configura alteração do contrato de trabalho os casos em que professores tenham sua carga horária reduzida em razão da diminuição do número de alunos.
- Ⓒ Para a concessão do adicional de insalubridade, a realização da perícia é obrigatória. Nos casos de empresas que encerram a atividade e não se pode realizar a perícia, o juiz deverá indeferir o respectivo adicional, por falta de provas.
- Ⓓ Os membros de conselhos fiscais dos sindicatos não possuem o direito à estabilidade provisória porque não representam nem atuam na defesa dos direitos da categoria.
- Ⓔ O adicional de produtividade previsto em decisão normativa de dissídio coletivo do trabalho passa a integrar o salário para todos os efeitos.

Questão 90

A respeito da execução no processo do trabalho e do direito de greve, assinale a opção correta.

- A Em uma execução de sentença trabalhista, havendo equívoco nos cálculos e constatado levantamento de valores a maior, tal equívoco pode ser reparado nos próprios autos da execução, sendo realizada a restituição devida.
- B Na execução trabalhista, o juiz poderá determinar o bloqueio de valores oriundos de proventos de aposentadoria para garantir o pagamento da execução, mas desde que atenda ao percentual de 30% dos proventos.
- C O empregador não poderá demitir trabalhador no decurso do período de greve não declarada abusiva, ainda que o trabalhador não tenha aderido ao movimento grevista.
- D O pedido de parcelamento do débito da execução trabalhista não constitui o reconhecimento expresso da dívida, e, caso não seja aceito, poderá ser questionado o valor em recurso próprio.
- E Constitui abuso do direito de greve a paralisação que tenha por objetivo a exigência do cumprimento de sentença normativa.

DIREITO AMBIENTAL**Questão 91**

A marinha brasileira tornou pública a conclusão de que o óleo que apareceu em praias de todos os estados do Nordeste e em dois do Sudeste em 2019 foi derramado por três navios-tanques. O relatório final da investigação foi entregue à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal (MPF) em agosto de 2020, mas o sigilo do documento terminou apenas em maio de 2021.

O vazamento foi classificado como crime ambiental. Seus primeiros registros apareceram na Paraíba, em 30 de agosto de 2019, nas praias de Jacumã e Gramame, no Conde, e também nas praias Bela, Tambaba e Acaú, em Pitimbu. Também foram atingidas as praias de Camboinha, Poço, Intermars e Formosa, em Cabedelo, e Cabo Branco e Tambaú, em João Pessoa, no dia 1.º de setembro de 2019.

Jornal da Paraíba, 10/5/2021 (com adaptações).

Acerca da responsabilidade civil por dano ambiental em situações como a apresentada pela notícia, assinale a opção correta.

- A A pretensão reparatória contra as empresas proprietárias dos navios prescreve em 5 anos contados do término do processo administrativo de apuração do dano.
- B É devida indenização por danos morais ao pescador profissional artesanal, dada a privação das condições de trabalho em consequência do dano ambiental.
- C O estado da Paraíba deve ser responsabilizado solidariamente às empresas proprietárias dos navios, por falha no dever de fiscalizar.
- D Os responsáveis pela degradação ambiental são coobrigados solidários, devendo ser demandados em ações coletivas em litisconsórcio necessário.
- E A responsabilidade por dano ambiental é objetiva e informada pela teoria do risco integral, admitindo-se apenas o caso fortuito e a força maior como excludentes de responsabilidade.

Questão 92

No que se refere ao licenciamento ambiental, julgue os itens a seguir.

- I Licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando-se as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.
- II Todo empreendimento é passível de licenciamento ambiental.
- III É possível o licenciamento ambiental tácito quando o órgão ambiental competente permanece inerte quanto à expedição da licença.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 93

Considere as seguintes assertivas.

- I A incerteza de conhecimentos científicos, longe de desculpar deveria incitar a mais prudência.
- II A ignorância não pode ser um pretexto para ser imprudente.
- III Na dúvida, opta-se pela solução que proteja imediatamente o ser humano.

As assertivas I, II e III invocam o conteúdo do seguinte princípio geral do direito ambiental:

- A princípio da reparação.
- B princípio da informação.
- C princípio do poluidor-pagador.
- D princípio da precaução.
- E princípio da cooperação.

Questão 94

A respeito de competência legislativa em matéria ambiental, julgue os itens seguintes.

- I Os estados têm competência privativa para legislar sobre a criação de regiões metropolitanas.
- II Os estados têm competência comum suplementar para legislar sobre a proteção do meio ambiente e o controle da poluição.
- III A União poderá autorizar os estados a legislar sobre questões específicas de água, energia, jazidas, minas e outros recursos minerais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 95

No que se refere à Política Nacional dos Resíduos Sólidos, assinale a opção correta.

- A** O prazo de vigência do plano estadual de resíduos sólidos é determinado, conforme a legislação de regência, devendo ser expresso quando de sua elaboração.
- B** A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos não é condição para os estados terem acesso a recursos da União.
- C** Serão priorizados no acesso aos recursos da União os estados que instituírem microrregiões com município limítrofes.
- D** Aos estados é vedado elaborar mais de um plano de resíduos sólidos.
- E** Os princípios da precaução, do poluidor-pagador e do desenvolvimento sustentável não se aplicam à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

DIREITO FINANCEIRO**Questão 96**

Considerando-se as normas de direito financeiro e orçamentário, é correto afirmar que crédito especial é uma espécie de

- A** crédito adicional, destinando-se ao reforço de uma dotação orçamentária.
- B** crédito suplementar, destinando-se ao reforço de uma dotação orçamentária.
- C** crédito suplementar, destinando-se a despesas urgentes e imprevistas.
- D** crédito adicional, destinando-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- E** crédito extraordinário, destinando-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Questão 97

De acordo com as normas de direito financeiro previstas na Constituição Federal de 1988, é possível a

- A** transposição, sem prévia autorização legislativa, de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência e tecnologia, desde que o objetivo seja viabilizar os resultados de projetos dessas funções.
- B** realização de operação de crédito em valor superior ao montante total das despesas de capital do exercício, ainda que a operação não esteja autorizada por créditos suplementares ou especiais.
- C** criação de fundo público cujos objetivos possam ser alcançados mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão da administração pública.
- D** utilização, sem autorização legislativa, de recursos do orçamento fiscal que sejam necessários para cobrir o déficit de empresas estatais prestadoras de serviço público.
- E** concessão de empréstimos a estados e municípios que descumpram as regras gerais de organização ou de funcionamento de regime próprio de previdência social, se concedidos por instituição financeira federal.

Questão 98

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, será considerada empresa estatal dependente a empresa

- A** controlada por ente da Federação, se receber do controlador recursos financeiros para o pagamento de quaisquer despesas com pessoal, de custeio ou de capital.
- B** controlada por ente da Federação, se receber do controlador recursos financeiros para o pagamento de despesas com pessoal, de custeio, em geral, ou de capital, excluídos, no último caso, os recursos provenientes de aumento de participação acionária.
- C** controlada ou não por ente da Federação, se receber recursos orçamentários para o pagamento de despesas com pessoal, inversões financeiras ou custeio em geral, incluídas, no último caso, as despesas decorrentes de aumento de participação acionária.
- D** controlada ou não por ente da Federação, se receber recursos orçamentários para o pagamento de despesas, ressalvadas apenas as despesas de capital.
- E** cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação, se receber recursos orçamentários para custear as despesas de capital, ainda que decorrentes de aumento de participação acionária.

Questão 99

No direito financeiro, são exemplos de receita de capital

- A** o superávit do orçamento corrente e as receitas tributárias.
- B** o superávit do orçamento corrente e as operações de crédito.
- C** as operações de crédito e as receitas industriais.
- D** as receitas patrimoniais e as receitas industriais.
- E** as receitas tributárias e as receitas patrimoniais.

Questão 100

Haja vista o conceito legal, considera-se como dívida pública mobiliária

- A** o resultado nominal correspondente à variação nominal dos saldos da dívida interna líquida, somada aos fluxos externos efetivos convertidos para reais pela taxa média de câmbio de compra.
- B** o déficit nominal subtraído dos juros nominais incidentes sobre a dívida interna e dos juros externos, em dólares, convertidos pela taxa média de câmbio de compra.
- C** o valor da dívida externa bruta subtraído das aplicações em moeda estrangeira e das reservas internacionais do Banco Central do Brasil.
- D** o montante total das obrigações financeiras assumidas pela União em virtude de leis, contratos, convênios, tratados e operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- E** a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, e pelos demais entes federativos.